

Sumário

Número de notícias: 34 | Número de veículos: 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Salários devem ter recomposição gradual 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

União prorrogará regras para multinacionais 5

VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

ArcelorMittal vence no Carf disputas de R\$ 1,25 bi sobre ágio e lucro no exterior
..... 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Ministro da Defesa cobra ampliação de orçamento militar 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

PEC avança no Senado com duração de 2 anos e gasto extra de R\$ 168 bi 8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Presidente do INSS diz que falta de verba pode impactar atendimento 11

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Dívida total da China chega a 295% do PIB 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Governo eleito estuda recriar e depois dividir pasta do Planejamento 13

O GLOBO - RJ - SAÚDE
SERVIDOR PÚBLICO

Comer ultraprocessados traz riscos para saúde do cérebro 15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Mercadante sinaliza para aumento do funcionalismo 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Por um novo regime fiscal no Brasil - TENDÊNCIAS - DEBATES 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Inflação e juros sentirão gasto público maior, diz Credit Suisse 19

O ESTADO DE S. PAULO - INDÚSTRIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Caminhos para a reindustrialização (Artigo) 20

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

PIB da construção deve crescer 7% em 2022 e apenas 2,4% em 2023 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Barbosa defende volta de tributos	22
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Os princípios da legalidade, irretroatividade e anterioridade (Artigo).....	23
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Mitos e verdades sobre os dividendos da Petrobras (Artigo).....	26
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
É cada vez mais difícil o brasileiro ter qualidade de vida em Portugal (Artigo).....	28
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Estados pagam pela demagogia federal (Editorial).....	30
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Novo governo terá de analisar volta de PIS/Cofins sobre combustíveis.....	31
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Organização Trump é condenada por fraude fiscal.....	32
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA ECONOMIA	
PEC é desidratada e vai ao plenário do Senado.....	33
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Sobe e desce da miséria (Editorial).....	36
FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO ECONOMIA	
Cristina é condenada por corrupção a 6 anos e diz que não será candidata.....	37
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Petrobras reduz preço da gasolina em 6,1%, e o do diesel, em 8,2%.....	40
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Passageiros poderão usar 5G em voos na UE a partir de 2023.....	43
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
PEC deixa em aberto total de gastos que vão ficar fora do teto.....	46
O ESTADO DE S. PAULO - INDÚSTRIA ECONOMIA	
Custo Brasil emperra desenvolvimento e contribui para a desindustrialização do País	48
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Plano fiscal de longo prazo deve sair semana que vem.....	49
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
CNI prevê que economia vai crescer 1,6% no ano que vem.....	50

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Com juros em alta, inadimplência entre mais pobres bate recorde 51

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Nova regra fiscal deve vir por lei complementar 52

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Inflação na OCDE 53

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

Expansão fiscal vai além do necessário, dizem economistas 54

Salários devem ter recomposição gradual



» INGRID SOARES » HENRIQUE LESSA

Coordenador técnico do Gabinete de Transição do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o ex-ministro Aloizio Mercadante afirmou, ontem, que não há espaço para reajuste imediato de salário do funcionalismo público, mas que a recomposição dos vencimentos deve ocorrer gradualmente.

Ele destacou, no entanto, que é necessário aguardar a aprovação da PEC da Transição para que o novo governo saiba qual o espaço que terá para correções salariais.

"Os servidores, que ficaram sete anos sem reajuste, não podem esperar que o governo que entra daqui a um mês possa fazer um aumento retroativo por uma perda que nós reconhecemos, porque não tem esse recurso no orçamento", disse Mercadante, durante coletiva de imprensa na sede da transição, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB).

Mercadante apontou que o governo não terá recursos para todas as reivindicações, sendo necessário "ter prioridades, distribuir melhor os recursos e inovar".

"No caso dos **servidores públicos**, são sete anos sem reajuste.

Não é qualquer coisa. É um custo de vida que vai pesando. Inclusive os cargos de confiança, trazer profissionais qualificados para funções relevantes... Está muito difícil morar em Brasília nas condições que o setor público está oferecendo", avaliou.

Sobre novos concursos públicos para admissão de pessoal, Mercadante disse que o novo governo

analisará pontualmente a demanda e "olhará com calma o que é absolutamente emergencial".

E citou o novo concurso lançado pela **Receita Federal**. "Quanto aos concursos, nós vamos analisar ponto por ponto.

Tem agora um concurso para a **Receita Federal**, está aberto hoje, nessa situação que estamos descrevendo. Tem que olhar com calma para ver o que é absolutamente emergencial", reforçou.

Outra reivindicação do funcionalismo, relatou, é a retirada de pauta da reforma administrativa e o reajuste do texto. Ele relatou o apoio de Lula à reforma administrativa, mas não nos moldes da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, em análise no Congresso.

O ex-ministro destacou a necessidade de construir um Estado mais eficiente, que promova a carreira dos servidores e afirmou planejar estruturas administrativas compartilhadas com mais de um ministério como forma de racionalizar recursos. Mercadante reafirmou que a situação fiscal é crítica e que o governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) "quebrou o Estado brasileiro".

Integrante do Grupo de Transição, a economista Esther Dweck caracterizou como "justa" a pauta da mudança da reforma administrativa por parte dos funcionários públicos, mas emendou que o Executivo não tem o poder de retirar o projeto da votação, e que seria necessária uma negociação com o Legislativo.

Entre os pontos críticos citados pelo grupo, está ainda a falta de recursos previstos no Orçamento de 2023 para o e-gov, governo digital, site que unifica os canais digitais de serviços públicos prestados à sociedade pela internet.

União prorrogará regras para multinacionais

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187402?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187402?page=1§ion=1>

ArcelorMittal vence no Carf disputas de R\$ 1,25 bi sobre ágio e lucro no exterior

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2022/12/07/arcelormittal-vence-no-carf-disputas-de-r-125-bi-sobre-agio-e-lucro-no-exterior.ghtml>

Site:

<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2022/12/07/arcelormittal-vence-no-carf-disputas-de-r-125-bi-sobre-agio-e-lucro-no-exterior.ghtml>

Ministro da Defesa cobra ampliação de orçamento militar

Brasília O ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira, afirmou nesta terça-feira (6) que o Brasil precisa seguir o exemplo de países europeus e aumentar progressivamente o orçamento da pasta.

"O conflito [entre Rússia e Ucrânia] também mostra, de forma clara, que a sociedade não pode negligenciar os assuntos de defesa e muito menos destinar recursos a quem do necessário para, primeira-mente, dissuadir e, se necessário, enfrentar a força adversa", disse no evento de abertura de 7ª Mostra BID (Base Industrial de Defesa) Brasil.

O evento é promovido pela Abimde (Associação Brasileira de Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança) e reúne centenas de empresários e lobistas do setor de defesa, em Brasília.

Durante o discurso, Nogueira afirmou que a meta do Ministério da Defesa é aumentar, de forma progressiva, o orçamento da pasta do atual 1,2% do PIB para 2% do **PIB**.

"Se chegássemos nos próximos dez anos a esses 2% do **PIB** daria uma regularidade e continuação na pauta do ministério, na indústria de defesa nacional, [para alcançar] o êxito que tanto almejamos", completou o ministro.

A proposta de Orçamento apresentada pelo governo Jair Bolsonaro (PL) para 2023 traz cortes em diversas áreas, como saúde e habitação, com risco de paralisia em serviços como a Farmácia Popular e o programa Casa Verde e Amarela (antigo Minha Casa, Minha Vida).

O senador Marcelo Castro (MDB-PI) já afirmou que o foco da PEC da Transição e de seu parecer ao Orçamento de 2023 será a recomposição dos recursos para os programas deficitários e a manutenção do valor de R\$ 600 para o Auxílio Brasil, que deve voltar a se chamar Bolsa Família.

A crise orçamentária obrigou o governo a fazer congelar recursos de ministérios ainda neste ano. Com o bloqueio de verbas, o Ministério da Defesa chegou a solicitar um aporte de R\$ 1,3 bilhão para o Ministério da Economia. O pedido não foi acatado e, pelo contrário, o Executivo teve de cortar mais despesas, com risco de travar o **INSS**.

Apesar do apagão da máquina pública, o ministro Paulo Sérgio afirmou que o desafio da Defesa é ver no aumento dos orçamentos da Europa uma "referência para o Brasil". "Defesa não se improvisa", completou.

No evento, Nogueira anunciou aos empresários que publicará nos próximos dias uma portaria para ampliar o emprego do "termo de licitação especial como modalidade de aquisição de produtos de defesa por toda a administração pública".

Na prática, a portaria deve facilitar que empresas estratégicas de defesa credenciadas pelo ministério consigam contratos com forças de segurança federais, estaduais e municipais.

A transição no Ministério da Defesa e nas Forças Armadas é um dos principais desafios para a equipe do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O petista já indicou que o ex-presidente do TCU José Múcio Monteiro assumirá o comando da Defesa. Mas, apesar das sinalizações e reuniões com ex-comandantes das Forças, a transição não fez nenhuma reunião com integrantes do Ministério da Defesa.

Em novembro, a pasta indicou o secretário-geral Sérgio Pereira e o assessor Mario Luiz Fonseca, ambos generais, para serem os interlocutores da Defesa com a transição.

Apesar da indicação, a Folha apurou que a transição nem sequer entrou em contato com os generais indicados. Pereira deve entrar de férias na próxima semana. CF

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50118&anchor=6469310&pd=0704b121138940d5a66b17dd78b30152>

PEC avança no Senado com duração de 2 anos e gasto extra de R\$ 168 bi



Davi Alcolumbre conduz sessão da CCJ que aprovou PEC que amplia teto para inclusão do Bolsa Família Adriano Machado/Reuters

Tháísa Oliveira, Thiago Resende e Alexa Salomão
brasília

No primeiro teste de articulação do governo eleito, o PT conseguiu aprovar nesta terça-feira (6) a PEC (proposta de emenda à Constituição) da Transição - embora com valor menor e tempo mais curto para a apresentação de uma nova regra fiscal.

A proposta aprovada pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado amplia o teto de gastos para inclusão do Bolsa Família pelo prazo de dois anos e reduz o impacto fiscal total para R\$ 145 bilhões anualmente em 2022 e 2023 -R\$ 30 bilhões a menos que o apresentado inicialmente.

A PEC também prevê mais R\$ 23 bilhões para investimentos fora do teto em caso de arrecadação de receitas extraordinárias. Na prática, o gasto extra é de R\$ 168 bilhões.

Além disso, abre caminho para gastos serem expandidos já em 2022 e deixa brecha para que possíveis sobras da expansão para o Bolsa Família sejam usadas em outras áreas que não a social

O texto foi aprovado em votação simbólica, sem contagem de votos, e depende agora do aval de 49 dos 81 senadores no plenário em dois turnos. A sessão está prevista para esta quarta-feira (7).

A versão final aprovada na comissão representa uma

vitória parcial do futuro governo. Líderes do Congresso chegaram a articular uma redução ainda maior do prazo da PEC -para apenas um ano em vez de quatro anos defendidos pelo PT originalmente (o que abarcaria todo o mandato).

No entanto, o período de dois anos já concede um alívio orçamentário na largada da gestão Lula 3 e dá tempo para a discussão de uma nova regra fiscal a entrar em vigor assim que os efeitos da PEC se encerrarem. Além disso, os valores previstos pela PEC são vistos como viáveis pelos economistas da transição.

Ainda sem base política fiel no Congresso, a estratégia do PT foi buscar apoio à PEC recorrendo a promessas e sinalizações a partidos que tentam espaço na Esplanada dos MINISTÉRIO, como PSD, MDB e União Brasil.

Aliados de Lula avaliam ter entre 54 e 55 votos no plenário -são necessários 49. A bancada do Podemos afirmou que vai tentar reduzir o prazo da PEC de dois anos para um ano nesta quarta. Nesse caso, o grupo também precisará do apoio de 49 senadores para conquistar a alteração.

"Há quase unanimidade entre os senadores de que [o prazo] de dois anos é coerente", disse o relator do texto, senador Alexandre Silveira (PSD-MG). "A Câmara é completamente independente. E uma Casa que tem as suas lideranças, mas me parece que há uma sinergia muito grande com a maioria das lideranças da Câmara", afirmou.

"O mais importante é a gente ter a aprovação do principal" disse o senador Rogério Carvalho (PT-SE).

A votação na CCJ ocorreu mediante acordo depois que o governo eleito aceitou reduzir o valor estimado para o pagamento do benefício social e enviar um novo arcabouço fiscal até agosto de 2023.0 relatório apresentado por Silveira previa o envio até dezembro de 2023.

A proposta para reduzir o valor da PEC foi apresentada pelo senador Jaques Wagner (PT-BA) aos integrantes da CCJ após conversa com Silveira e Lula. Wagner afirmou que o futuro governo estava disposto a reduzir o impacto fiscal, mas brigaria pelos

dois anos de duração.

"Concordamos com a redução de R\$ 30 bilhões. Evidentemente que a equipe nova preferia que a redução não fosse de R\$ 30 bilhões, fosse de R\$ 20 bilhões. Eu estou aqui já assumindo a responsabilidade na tentativa de chegarmos a um acordo de aceitar R\$ 30 bilhões", afirmou Wagner aos senadores.

Economistas da transição já haviam declarado que um adicional entre R\$ 135 bilhões e R\$ 150 bilhões seria suficiente para honrar promessas de campanha do petista, conforme mostrou a Folha. A ideia é que esse valor seja usado para manter o benefício social no valor de R\$ 600 e pagar mais R\$ 150 por criança até seis anos.

O texto não coloca um carimbo no valor de R\$ 145 bilhões. Isso dá margem para que uma eventual sobra de recursos, se o gasto for menor com o programa social, seja usada em outras áreas. O modelo é de interesse do PT, que já vê dificuldade em implementar o adicional por criança nos primeiros meses de governo.

Em acordo com líderes do Congresso e o PT, o relator deixou uma brecha para que a PEC também possa abrir espaço no Orçamento de 2022. No trecho que permite investimentos adicionais quando houver receitas extraordinárias, até o limite de R\$ 23 bilhões, foi retirada a trava de que essa medida valeria apenas a partir de 2023.

Com isso, há margem para que o governo de JAIR BOLSONARO (PL) libere emendas parlamentares que estão bloqueadas por causa do aperto fiscal. A articulação para usar a PEC de Lula para destravar as emendas de aliados de Bolsonaro foi revelada pela Folha em novembro.

Com isso, segundo técnicos e líderes partidários, há espaço para que o dispositivo comece a valer já neste mês e libere recursos no Orçamento para as emendas de relator -controladas pela cúpula do Congresso e usadas como moeda de troca em negociações políticas.

Antes da sessão da CCJ, Silveira negou que tenha participado de negociações para destravar emendas de relator. Segundo ele, a antecipação foi incluída para que o governo atual consiga fechar as contas -o MINISTÉRIO da Economia teme o risco real de que falte dinheiro inclusive para o pagamento de aposentadorias.

A PEC da Transição também inclui o vale-gás na lista de programas que ficam dispensados de

compensação fiscal no ano que vem. O benefício no valor de R\$ 110 para a compra do gás de cozinha acaba neste mês.

Segundo o economista Marcos Mendes, um dos pais da regra do teto de gastos, a proposta tem vários pontos positivos. No entanto, Mendes, que também é colunista da Folha, considera elevado o valor.

"Ao deixar o Bolsa Família dentro do teto, a expansão fiscal ainda é muito grande", afirma. Na avaliação do economista, o valor ideal precisa ficar abaixo de R\$ 90 bilhões.

Também merece atenção o dispositivo que permite tirar do teto "despesas custeadas por recursos oriundos de transferências dos demais entes da Federação para a União", destinados à execução direta de obras e serviços de engenharia. "Isso tem cheiro de jabuti", diz ele. Jabuti é o nome dado a emendas alheias à proposta original de um projeto, que atende a interesses de terceiros e podem ter consequências financeiras controversas.

Os gastos extras aprofundam o resultado negativo nas contas públicas previsto para 2023, caso não haja elevação nas receitas ou corte de despesas de forma suficiente. A proposta de Orçamento enviada pelo governo projeta oficialmente um rombo de R\$ 63,5 bilhões, mas o atual governo atualizou essa estimativa para um número menor, embora ainda negativo em R\$ 40,4 bilhões.

A existência de déficits públicos indica que o governo está financiando despesas por meio de emissão de um volume maior da dívida brasileira. O custo fica próximo da Selic, hoje em 13,75% ao ano.

Ponto a ponto do relatório

Não tira o Bolsa Família do teto de gastos

Tem brecha para liberar emendas de relator em 2022

Permite usar R\$ 23,9 bilhões para investimentos fora do teto

Os R\$ 145 bi de aumento são um valor nominal fixo para 2023 e 2024, não se incorporando na base de cálculo e não sendo reajustado pelo IPCA a cada ano

O Congresso terá liberdade para alocar como quiser o espaço aberto no teto

Altera o indexador do montante total de precatórios a serem pagos. Atualmente, esse valor é corrigido pela correção do teto. Para evitar que o aumento do teto seja parcialmente consumido pelo pagamento de mais

precatórios, alterou-se o indexador do limite de precatórios para o IPCA. Vai continuara bola de neve de precatórios não pagos

A DRU (Desvinculação de Receitas da União, que permite ao governo usar livremente 20% dos **tributos** federais vinculados por lei a fundos ou despesas) foi prorrogada até o fim de 2024. Nesse caso, há pouco efeito prático, pois muitas receitas vinculadas, como as da educação, estão fora do mecanismo, além de não mais haver superávit no Orçamento da **seguridade social** que era usado para cobrir o déficit no orçamento fiscal

Prevê que o Executivo irá enviar nova proposta de regra fiscal até 31 de agosto de 2023. Quando aprovada essa nova regra (por projeto de lei complementar), será revogado da Constituição o teto atual. Aprovar projeto de lei complementar é mais fácil que uma PEC

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

18

Presidente do INSS diz que falta de verba pode impactar atendimento

GERALDADOCA *geralda@bsb.oglobo.com.br* BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Dívida total da China chega a 295% do PIB

Iori Kawate Nikkei, de Pequim

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187402?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187402?page=1§ion=1>

Governo eleito estuda recriar e depois dividir pasta do Planejamento

Alexa Salomão *brasil*

A reforma da estrutura ministerial, em discussão no governo eleito de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), pode não apenas recriar o Ministério de Planejamento, Gestão e Orçamento como também subdividir a pasta.

Está em análise a possibilidade de separar a gestão orçamentária e de pessoal (as atividades de curto prazo) da elaboração de projetos e políticas públicas com visão de longo prazo.

A discussão para uma eventual cisão foi confirmada pelo coordenador técnico da equipe de transição, Aloizio Mercadante, nesta terça (6) durante conversa com jornalistas. O desenho final, destacou Mercadante -se haverá criação de dois ministérios ou de secretarias sob uma única pasta-, ainda está em discussão.

"Aqui no Planejamento tem uma discussão ainda em evolução: se a gente cria um único ministério ou de alguma forma separa um pouco essa função, de planejamento, orçamento e gestão, da [discussão] de governo digital e reforma de Estado, porque o Estado precisa ser reformado, precisa aumentar eficiência e melhorar as condições de serviços", afirmou o petista.

Segundo ele, essa é uma questão acompanhada pelo próprio presidente eleito. "Lula deu uma orientação, e estamos trabalhando a partir da orientação dele, mas não é um tema resolvido", afirmou.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão foi incorporado ao Ministério da Economia na reforma promovida por Paulo Guedes (atual ministro da Economia) no início da gestão bolsonarista em 2019, ajudando a criar a superpasta que aglutinou poderes e orçamentos.

Segundo Mercadante, foi um "grave equívoco" acabar com o Planejamento porque este é o ministério que atende toda demanda intragoverno.

"Os ministérios se reportam ao Ministério do Planejamento", disse. "Comisso [a sua restituição], a Fazenda pode cuidar dos assuntos fazendários, da política de crédito e de investimento."

Segundo relatos feito à Folha, a proposta de

separação das incumbências de curto e longo prazo não partiu da área política. É uma sugestão inicialmente defendida por técnicos.

No entanto, a cisão contemplaria a ambição da coalizão de recuperar a capacidade de o governo elaborar políticas públicas de caráter estruturante. O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), por exemplo, era vinculado ao antigo Planejamento, e os futuros projetos de investimentos também podem ficar com a nova pasta.

Existem até sugestões de nomes para um ministério com essas características.

Entre eles está o do economista André Lara Resende, que atua no grupo de transição da economia. Um dos pais do Plano Real, ele é reconhecido por sua capacidade como formulador.

Outro nome ventilado foi o do também economista e pai Real Pérsio Arida, que também está no grupo de transição. No entanto, Arida declara não ter intenção de retornar ávida pública.

Entre as entidades que apresentaram subsídios para revisão da estrutura do Ministério do Planejamento está a Afipea (Associação de Funcionários do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Nota enviada pela associação sugere diferentes organogramas para a recriação da pasta.

Transição descarta aumento forte já para servidores

A equipe de transição do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, informou nesta terça (6) que a recomposição da perda salarial dos **servidores públicos** federais será "gradual", descartando uma recomposição completa logo no início do mandato.

O time de Lula da área de Planejamento, Orçamento e Gestão também afirma que não dará prosseguimento às discussões da proposta de reforma administrativa atualmente em tramitação no Congresso. Recomendam a sua retirada e a elaboração de outra proposta, baseada em uma "nova visão".

"No caso do Executivo, vamos ter que pensar algum tipo de reajuste dentro do limite que vamos ter, e [há] entregas para sociedade que são inadiáveis e

prioritárias. Vamos ter que pensar nessa reposição de perdas como processo gradual. Não há como fazer movimento de reparação desses sete anos nos primeiros dias do próximo governo. Não haverá condições para isso, temos que ser transparentes", afirmou o coordenador dos grupos técnicos da transição, o ex-ministro Aloizio Mercadante.

Marianna Holanda e Renato Machado

Comer ultraprocessados traz riscos para saúde do cérebro

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Mercadante sinaliza para aumento do funcionalismo

*Rafael Bitencourt, Matheus Schuch, Caetano Tonet e
João Valadares De Brasília*

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187402?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187402?page=1§ion=1>

Por um novo regime fiscal no Brasil - TENDÊNCIAS - DEBATES

A equipe de transição discute uma emenda constitucional que retira algumas despesas do teto de gastos. A emenda é necessária, pois viabiliza gastos como Bolsa Família, o adicional do benefício por criança e investimentos. Tão importante quanto essa emenda que autoriza gastos públicos essenciais é estabelecer um novo regime fiscal no país. O teto de gastos vigente é uma obra de ficção. Ele se mostrou inviável por sua rigidez operacional e negligência com a desigualdade brasileira.

Não por menos houve uso indevido das emendas de relator para se fazer o orçamento secreto, que feriu vários artigos da Constituição, conforme relatório recente do Tribunal de Contas da União. O Executivo precisa retomar para si a responsabilidade de definir o Orçamento no âmbito desse novo regime fiscal.

Discutiremos aqui princípios que entendemos fundamentais para o desenho de um bom regime fiscal.

O regime fiscal deve viabilizar uma estratégia de desenvolvimento, fomentando crescimento estável com distribuição de renda. Em vez de olhar o retrovisor, é crucial que o regime fiscal contemple metas para o desenvolvimento futuro do país. O Orçamento, peça central de qualquer regime fiscal, deve refletir essa estratégia de desenvolvimento, sendo organizado sob a lógica dos programas prioritários de governo. Hoje, a lógica orçamentária é inversa: criam-se programas que caibam nas despesas tradicionais do Orçamento.

É fundamental que a nova regra fiscal seja realista, transparente e de operação simples e compreensível. Deve ter uma meta de gastos, que busque uma referência de patamar de dívida pública de médio prazo. A trajetória da dívida é uma referência, não um teto; ela deve ser não vinculante. A referência não é um limite intransponível, mas um ponto de chegada desejado, como

ocorre com a meta de **inflação**. O gasto primário deve ser a variável operacional, pois o governo tem controle sobre ele. A regra deve prever uma meta de crescimento real do gasto primário.

Gastos públicos não são todos iguais. Os diversos grupos de despesas devem ter tratamento

diferenciado. Investimentos e despesas com ciência e tecnologia, por exemplo, integrariam rubricas específicas e plurianuais, protegendo-os de oscilações. Políticas sociais e investimentos devem ser anticíclicos, aumentando quando a recessão se aproxima e caindo quando há crescimento robusto.

O novo regime precisa também de elementos acessórios, como monitoramento, avaliação e revisão permanentes de gastos. A adoção dessas ferramentas já pode colaborar, em muito, para garantir a evolução do gasto primário compatível com uma referência de trajetória da dívida.

Esforços precisam ser feitos para mudar o histórico de juros altos. Para tanto, juros não podem ser o único instrumento de combate à **inflação**. Menores juros diminuem a despesa com serviço da dívida e ainda estimulam o investimento privado e, assim, o crescimento. Menores juros e maior crescimento contribuirão para melhor evolução da relação dívida/**PIB**. Só se propõe regradar o gasto primário; pouco se discute o impacto dos juros nas contas públicas.

Justamente porque a questão fiscal não se resume ao gasto primário, um novo regime requer uma **reforma tributária**, que precisa simplificar a tributação e redistribuir o ônus tributário, implicando cobrança condizente com a grande desigualdade do país. Tal reforma também precisa garantir o financiamento contínuo de programas sociais e investimentos.

Por fim, o novo regime fiscal deve substituir as mais de dez regras fiscais hoje vigentes no Brasil. A Constituição, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a nova regra são suficientes.

O novo arcabouço fiscal, incluindo a **reforma tributária**, precisa estar alinhado ao objetivo de colocar o pobre no Orçamento e o rico no Imposto de Renda. Esse não é o cenário que prevalece hoje, infelizmente. Se nada for proposto e aprovado para estabelecer fontes de receita e critérios perenes para a despesa, permanecerão a indefinição e a incerteza em relação ao cenário fiscal.

O resultado será instabilidade política e econômica, baixo crescimento, casuismo fiscal e, pior, a perpetuação da pobreza que há tempos impera no

país.

Débora Freire, professora do Cedeplar-UFMG; Monica de Bolle, professora da Johns Hopkins University; Fábio Terra, professor da UFABC e do PPGE-UFU; Flávio Ataliba, pesquisador associado do FGV-Ibre; Marco Brancher, mestrando em desenvolvimento econômico (Universidade Harvard); e Nelson Marconi, professor da FGV-Eaesp

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50118&anchor=6469310&pd=0704b121138940d5a66b17dd78b30152>

Inflação e juros sentirão gasto público maior, diz Credit Suisse

Anaís Fernandes De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187402?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187402?page=1§ion=1>

Caminhos para a reindustrialização (Artigo)

Dan Ioschpe | Presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) e integrante do conselho deliberativo da Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)

recursos em resultados.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A contribuição da indústria para o avanço tecnológico favorece o crescimento da produtividade geral da economia e o acesso da sociedade a novos bens e serviços.

O setor também arrecada **impostos** em proporção superior à sua expressão no **PIB**, seja por sua formalidade ou pelo elevado valor agregado dos seus produtos e dos serviços embutidos. Precisamos que a indústria nacional retome a trilha do crescimento, mas, para isso, existem quatro condições essenciais: tranquilidade institucional, equilíbrio macroeconômico, combate à desigualdade social e sustentabilidade ambiental.

Ajustadas essas condições essenciais, temos de avançar na agenda de competitividade da indústria, o que requer um conjunto de medidas, com prioridade para a realização de uma **reforma tributária** focada na unificação dos **impostos** incidentes sobre o consumo de bens e serviços; a implementação de uma reforma administrativa focada na melhoria da prestação dos serviços ao público, na digitalização e na desburocratização; no aprofundamento da reforma trabalhista; e na redução paulatina da insegurança jurídica.

Outro ponto relevante é o fomento eficiente à realização de pesquisa, desenvolvimento e inovação, com a imediata revisão da Lei do Bem, e o não contingenciamento de recursos públicos destinados ao setor. É crucial, também, que haja uma expansão acelerada da infraestrutura, a partir de concessões em setores como saneamento, estradas, ferrovias, portos, aeroportos e conectividade. Finalmente, e não menos importante, é preciso que se busque uma maior integração do Brasil com o mundo, por meio de acordos comerciais graduais, e o ingresso efetivo do Brasil na OCDE.

Uma série de desacertos explica o processo de desindustrialização e a redução da velocidade do crescimento do País. A boa notícia é que é possível retomar o passo, com a implementação de uma agenda que contemple todas as questões elencadas, que se some a um planejamento estratégico. A única razão para não obtermos sucesso será nossa incapacidade de transformar potencialidades e

PIB da construção deve crescer 7% em 2022 e apenas 2,4% em 2023

Ana Luiza Tieghi De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/impresso>

Barbosa defende volta de tributos

Ex-ministro da Fazenda e do Planejamento e membro do governo de transição na área econômica, Nelson Barbosa defendeu ontem a retomada da tributação dos combustíveis.

Para ele, o produto "não deve ser subsidiado indefinidamente".

"Uma questão para o próximo governo é quando e com qual velocidade voltar para a tributação de PIS e Cofins dos combustíveis", disse o ex-ministro.

"No Orçamento do ano que vem, o governo atual previu essa continuação, mas eu acho que isso ainda não está transformado em uma lei", afirmou. O atual governo zerou as alíquotas dos **tributos** até o fim do ano, decisão vista como eleitoreira por adversários do presidente Jair Bolsonaro (PL).

O momento para o retorno da tributação, disse Barbosa, tem de ser avaliado levando em conta o cenário de **inflação** e de crescimento de juros. "Se você retoma muito rápido, o que você ganha de receita você perde no juro, porque a **inflação** sobe muito rápido", declarou. "É uma típica questão de administração de tempos e movimentos."

ICMS

O ex-ministro classifica a situação como "muito delicada".

"A recomendação que eu diria é retomar, sim, a tributação, mas o momento ainda está em aberto", disse ele, em evento promovido pelos jornais Valor Econômico e O Globo ontem, em Brasília.

Sobre o ICMS (de competência dos estados), Barbosa disse que a cobrança deve caminhar para alíquota modal comum a todos, "mas que atenda às preocupações de não tirar muita receita dos estados".

Os princípios da legalidade, irretroatividade e anterioridade (Artigo)

Sacha Calmon

Tanto quanto o direito penal, o direito tributário registra, ao longo de sua evolução histórica, a luta indormida dos povos para submeter o poder dos governantes ao primado da legalidade. O jus puniendi e o jus tributandi foram, antanho, absolutos. Hoje, todavia, repete-se por toda parte: nullum tributum, nulla poena sine lege. Assim o quer a consciência jurídica hodierna. Estado de direito e legalidade na tributação são termos equivalentes. Onde houver Estado de direito haverá respeito ao princípio da reserva de lei em matéria tributária. Onde prevalecer o arbítrio tributário certamente inexistirá Estado de direito. E, pois, liberdade e segurança tampouco existirão.

É preciso, como nunca, fixar o real alcance dos princípios basilares que respaldam o exercício do poder de tributar e garantem os direitos dos contribuintes: a) o princípio da legalidade; b) o princípio da anterioridade da lei em relação ao exercício de sua aplicação; c) o princípio da irretroatividade da lei tributária, a não ser para beneficiar.

Os princípios jurídicos da legalidade, seja formal, seja material (tipicidade), anterioridade e irretroatividade da lei tributária encontram justificação singela e promanam diretamente da experiência dos povos: a) o princípio da legalidade significa que a tributação deve ser decidida não pelo chefe do governo, mas pelos representantes do povo, livremente eleitos para fazer leis claras; b) o princípio da anterioridade expressa a ideia de que a lei tributária seja conhecida com antecedência, de modo que os contribuintes, pessoas naturais ou jurídicas, saibam com certeza e segurança a que tipo de gravame estarão sujeitos no futuro imediato, podendo, dessa forma, organizar e planejar seus negócios e atividades; c) o princípio da irretroatividade da lei tributária deflui da necessidade de se assegurar às pessoas segurança e certeza quanto aos seus atos pretéritos em face da lei.

Indiretamente, a existência desses princípios obriga os governantes a planejar com um mínimo de seriedade e antecedência a política tributária.

Sabedor o Executivo de que a sua política tributária para o próximo ano será necessariamente discutida

nos Parlamentos, certamente procurará fundamentar sua proposta sopesando os reflexos econômicos, sociais e políticos que não de resultar para a comunidade. Cessa a improvisação, a irresponsabilidade e o imediatismo com que muitas vezes os governos autoritários praticam a tributação, ao arrepio dos mais comezinhos princípios jurídicos, desorganizando a economia e desorientando a comunidade. O respeito aos princípios jurídicos, acima delineados, por parte dos governantes, em contrapartida, acarreta três efeitos de suma importância: a) assegura aos governados tranquilidade, confiança e certeza quanto à tributação; b) assegura ao governo o respeito dos governados; c) compartilha o governo com o Parlamento a responsabilidade pelos rumos da política tributária, como sói acontecer nas verdadeiras democracias.

Adverta-se, ademais, que os referidos princípios são conexos e entrecruzados. O princípio da legalidade exige lei para a regulação dos **tributos**, enquanto o da anualidade se reporta à eficácia anual que a lei tributária obtém da sua inserção no orçamento. O princípio da anterioridade se fixa na necessidade da existência prévia da lei em relação ao exercício da cobrança ou exigência do tributo.

Noutro giro, pode-se afirmar que o princípio da legalidade tem supedâneo na requisição do nullum tributum sine lege, enquanto os demais trabalham a ideia da lege proevia (prévia lei). O que os diferencia é exatamente a lei a que se referem conectada com tempo do contribuinte. No caso do princípio da anualidade, é a lei material inserida no "tempo" do orçamento.

Nos casos da irretroatividade e da anterioridade, é a lei material em relação ao futuro e ao passado. Quanto ao fato passado, não pode a lei retroagir para dizê-lo jurígeno, gerador de obrigação. Quanto ao fato futuro, deverá a lei, previamente, defini-lo como demiúrgico (criador de dever jurídico-tributário). Não se discute a importância dos princípios da legalidade, anterioridade, irretroatividade e anualidade. Por irrecusável, veja-se a conexão com as necessidades cada vez mais presentes do princípio da segurança jurídica.

As concepções do Estado-Providência ou do Estado de Direito Social procuram privilegiar a atuação

estatal, visualizada mais como realização de fins do que como execução ex officio do direito. Com isso, procura-se esmaecer a força do princípio da legalidade para que possa a administração interferir no munus da tributação. Essa é uma orientação cuja perversidade cumpre combater.

Admite-se até que ao juiz se conceda algum poder decisório, decorrente da interpretação que, indiscutivelmente, é obrigado a proceder para aplicar a lei contenciosamente. Muitas vezes, sua função resulta até mesmo em defesa dos direitos do cidadão-contribuinte, esmagado pela aplicação ex officio da lei tributária com abuso de poder pela administração. A esta é que se não concede nenhum poder na feitura da lei, devendo aplicá-la tal qual é (ou deve ser). Daí o princípio da reserva absoluta de lei formal. Protege-se a pessoa humana dos abusos e inconstâncias da administração, garantindo-lhe um "estatuto" onde emerge sobranceira a segurança jurídica, o outro lado do princípio da confiança na lei fiscal, a que alude a doutrina tedesca.

Sacha Calmon. Advogado, doutor em direito público (UFMG). Coordenador do curso de especialização em direito tributário da Faculdades Milton Campos, ex-professor titular das faculdades de direito da UFMG e da UFRJ. Ex-juiz federal e procurador-chefe da Procuradoria Fiscal de Minas Gerais. Presidente honorário da ABRADT e ex-presidente da ABDF no Rio de Janeiro. Autor do livro "Curso de direito tributário brasileiro" (Forense)

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/07/12/2022/p1>



Mitos e verdades sobre os dividendos da Petrobras (Artigo)

Pedro Medeiros Observador da indústria de energia global desde 2007 é cofundador da gestora **Atalaya Capital**

Não é novidade que o mercado de commodities é cíclico, alternando períodos de alta e de baixa. O preço internacional do petróleo atingiu US\$ 20 em 2020 e, um ano depois, superou US\$ 100.

A discussão sobre dividendos extraordinários da Petrobras, além de ignorar que a empresa ficou "extraordinariamente" anos sem remunerar União e demais acionistas diante do prejuízo em investimentos ineficientes, vem trazendo informações enganosas, como se a companhia estivesse "furando" caixa e tomando empréstimos para sustentar dividendos.

O Brasil, com alta produção e exportação de petróleo, tem de se preparar para usufruir dos dividendos que estatais eficientes e momentos favoráveis de preços permitem para reforçar suas políticas sociais. Países com grandes estatais de energia, como Arábia Saudita, Noruega e Colômbia, valorizam a possibilidade de dividendos, não o oposto.

Após caracterizada com o título de maior dívida corporativa do mundo em US\$ 160 bilhões, a Petrobras equacionou seus compromissos e progressivamente aumenta investimentos e eficiência. Em 2019, aprovou política de remuneração aos acionistas prevendo justamente dividendos extraordinários quando observados critérios da sustentabilidade financeira.

Somente nos últimos 12 meses, reduziu sua dívida em mais de US\$ 5 bilhões (de US\$ 59,6 bilhões para US\$ 54,3 bilhões), investiu cerca de US\$ 10 bilhões e recolheu US\$ 56 bilhões em **impostos e tributos**. Dividendos de mais de US\$ 15 bilhões para a União, sócia majoritária da companhia, além da remuneração aos demais acionistas, foram pagos justamente por conta dos saudáveis níveis de endividamento e caixa alcançados através dos resultados gerados.

Outra confusão circulando associa remuneração crescente a acionistas com redução de investimentos - ignorando que, na política da empresa, os dividendos são calculados após os investimentos. Atualmente, a Petrobras é uma das poucas empresas no mundo a publicar anualmente, de forma transparente, seu Plano

Estratégico com investimentos aprovados para os próximos cinco anos. O plano atravessa diversas instâncias de aprovação, avaliando o potencial de seus projetos e os recursos gerados da companhia.

A transformação da empresa e de sua governança, nos últimos anos, permitiu o salto de recorde de endividamento para eficiência e desempenho em projetos. Dentre alguns exemplos, a plataforma P-71, com capacidade para produzir cerca de 3,7% do petróleo nacional, será antecipada para ainda este ano, acelerando receita para União, acionistas, estados e municípios na forma de royalties em momento favorável de preços internacionais.

No contexto atual de discussão da expansão fiscal, a melhor contribuição que uma estatal atuando em mercado competitivo pode trazer ao Estado é justamente sua eficiência, distribuindo esses resultados a seu acionista majoritário de maneira a acelerar políticas públicas fundamentais à sociedade.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50118&anchor=6469310&pd=0704b121138940d5a66b17dd78b30152>

[...]

No contexto atual de discussão da expansão fiscal, a melhor contribuição que uma estatal atuando em mercado competitivo pode trazer ao Estado é justamente sua eficiência, distribuindo esses resultados a seu acionista majoritário de maneira a acelerar políticas públicas fundamentais à sociedade

É cada vez mais difícil o brasileiro ter qualidade de vida em Portugal (Artigo)

Rodrigo Tavares *Professor catedrático convidado na NOVA School of Business and Economics, em Portugal. Nomeado Young Global Leader pelo Fórum Econômico Mundial, em 2017*

Os dados definitivos dos Censos de Portugal, realizados a cada dez anos, acabaram de ser divulgados. Em 2021, residiam no país 542.314 pessoas de nacionalidade estrangeira, sobretudo brasileiros (199.810 pessoas ou 37% dos estrangeiros). Em 2011, eram 109.787. O crescimento do volume de brasileiros nos grandes centros urbanos de Lisboa, Porto e Braga não tem paralelo na história da imigração portuguesa. Nunca tantos brasileiros escolheram Portugal para viver.

Os Censos também revelaram um país com menos gente (decréscimo populacional de 2,1% face a 20n), mais envelhecido e com população distribuída de forma mais desequilibrada pelo território. Os recém-graduados continuam a emigrar como forma de escaparem das altas taxas de desemprego jovem.

Portugal é o terceiro país europeu com a população mais envelhecida, com uma economia estagnada há 20 anos e com tendência de queda no ranking de desenvolvimento da União Européia. As previsões apontam que está prestes a ser ultrapassado pela humilde Romênia em **PIB** per capita. Portugal é o 8o país mais pobre da Europa, com 22,4% da população vivendo abaixo da linha de pobreza.

Nesse quadro, Portugal deveria criar condições para que a população imigrante, nomeadamente brasileira, pudesse se integrar, trabalhar, produzir, inovar e criar famílias. Mas não tem sido o caso. Pelo menos não para a maioria.

O governo lançou recentemente novos tipos de vistos que favorecem brasileiros (entre outras nacionalidades) que trabalham em Portugal de forma remota ou que procuram emprego em solo português. São boas notícias. Mas os brasileiros encontram dificuldades inesperadas que não estão sendo acauteladas pelo governo.

O custo de vida tem crescido descontroladamente. O aumento dos preços tem-se feito sentir, sobretudo, nos setores imobiliário, energético, habitação e da alimentação.

Mas a entrada de centenas de milhares de estrangeiros com alta capacidade aquisitiva e sob regimes tributários diferenciados e generosos tem levado também à gentrificação e ao aumento desenfreado dos valores da habitação (compra e aluguel).

Os brasileiros que vivem em Portugal com rendimentos oriundos do Brasil passaram a ter dificuldades em manter a qualidade de vida que usufruíam quando chegaram a Portugal. A linha de corte da pobreza para quem vive em Portugal são 554 líquidos (R\$ 3.000) por mês. No Brasil, quem auferesse esse rendimento já é classe média.

Além disso, os brasileiros que vivem em Portugal, sem usufruir de regimes tributários especiais, têm que viver como portugueses em Portugal. Isso significa baixos rendimentos. Portugal é o quarto país da União Européia com o salário médio mais baixo. Um em cada quatro trabalhadores ganha apenas o salário mínimo nacional, de 705. Os salários médios em termos reais caíram cerca de 3% ante 2000.

Interessaria a Portugal atrair população em idade ativa que pudesse contribuir para a economia portuguesa e principalmente para o aumento da produtividade -o principal travão do crescimento económico português. Mas os **tributos** são pesados, punindo o **empreendedorismo** e as **PMEs**.

Os incentivos chegaram sobretudo para os brasileiros das classes mais elevadas. Até setembro de 2022, 1.123 brasileiros tinham recebido autorizações de residência ao abrigo do regime dos "vistos gold". Em troca, investiram 864 milhões, nos últimos dez anos. Essa injeção de capital é positiva para a economia, mas esse grupo não trabalha ativamente em Portugal nem tem perspectivas de residência permanente a longo prazo ou de criação de famílias.

Com a derrota de Bolsonaro e a perspectiva de retomada da normalidade no Brasil, muitos brasileiros que vivem em Portugal desde 2019 já planejam voltar para casa. Cada um que decide regressar deve ser interpretado como uma derrota para Portugal. É uma oportunidade que se perde de uma pessoa poder contribuir para a superação dos problemas económicos e demográficos portugueses. Mas, se o

país não oferecer melhores condições, é isso que vai acabar por acontecer.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

18

Estados pagam pela demagogia federal (Editorial)

As bondades eleitorais falharam, a demagogia fracassou e o presidente Jair Bolsonaro foi derrotado, mas governos estaduais continuam pagando o preço de uma desastrosa jogada populista. Com apoio de congressistas também atraídos por soluções fáceis e erradas, o presidente da República promoveu a desoneração fiscal de combustíveis, energia elétrica e telecomunicações. Para agradar a consumidores, taxistas e caminhoneiros, decidiu-se aprovar, em Brasília, uma redução de alíquotas do tributo estadual mais importante, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Numa evidente violação do princípio federativo, autoridades federais cortaram dezenas de bilhões de reais da arrecadação estadual, privando os Estados de recursos essenciais para serviços como educação, segurança e saúde.

Efeitos efêmeros e ilusórios dessas medidas apareceram, durante alguns meses, nos preços de combustíveis e nos indicadores de **inflação**. Durante algum tempo, o presidente pôde alardear seu esforço anti-inflacionário, como se fosse possível combater o desajuste dos preços com medidas voluntaristas e de curto alcance.

A fantasia logo se dissipou, porque permaneceram, no mercado internacional e no Brasil, as causas do encarecimento de bens e serviços. A ilusão acabou, mas permaneceu a perda causada aos Estados e também aos municípios, porque a estes é destinada uma parcela da arrecadação do ICMS. Permaneceu para governadores e prefeitos o desafio de cumprir seu papel com menos dinheiro. Para as populações sobraram os danos ocasionados pelo ataque aos cofres estaduais e municipais.

Sem grandes alternativas para normalizar suas finanças, governos de alguns Estados - Pará, Piauí, Paraná e Sergipe - encaminharam às Assembleias propostas de elevação de **tributos**. Divulgado depois dessa iniciativa, um trabalho do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz) deu uma primeira indicação das mudanças necessárias para restabelecer a arrecadação. A recomposição da receita poderá ser alcançada, de acordo com esse estudo, se os Estados aumentarem a alíquota média do ICMS de 17,5% para 21,5% a partir de 2023. Essa alíquota média, ou padrão, proporciona cerca de um terço da receita anual do ICMS.

Outras medidas, como a redução ou a eliminação de benefícios setoriais, também podem reforçar a arrecadação, mas dependerão do exame das condições e das possibilidades de cada Estado.

É muito difícil, de fato, pensar em formas adequadas de compensar os estragos causados pela ação demagógica do presidente Jair Bolsonaro e de seus aliados no Congresso. Durante mais de meio século, governos estaduais ajustaram o ICMS a suas políticas de desenvolvimento e de atenção a necessidades setoriais e sociais. Algumas dessas ações, como a concessão de facilidades fiscais para atrair investimentos industriais e reduzir as desigualdades entre regiões, ocasionaram disputas políticas e judiciais e foram criticadas como causadoras de distorções e de má alocação de recursos. Algumas dessas críticas eram bem fundamentadas, mas, apesar disso, as estratégias de desenvolvimento regional produziram algum resultado.

Sem grande sucesso, houve tentativas de eliminar por meio de leis federais a guerra fiscal entre Estados. Mas, ao longo dessas disputas e tentativas de apaziguamento, o princípio federativo foi mantido.

Até atos defensáveis em outras circunstâncias foram realizados de forma errada, nos últimos anos, pelo poder federal. Havia argumentos ponderáveis a favor da redução do ICMS sobre combustíveis e energia elétrica. Mas essa alteração só seria realizável de forma adequada como parte de um redesenho mais amplo e bem calculado - nunca de forma improvisada e demagógica, como se viu. Mas quem poderia, no Executivo federal, propor essa mudança planejada, funcional e economicamente benéfica? Não seria, com certeza, o titular da Economia, Paulo Guedes, um raro exemplo de ministro capaz de chefiar essa área por quatro anos sem jamais formular um projeto de política econômica.

Novo governo terá de analisar volta de PIS/Cofins sobre combustíveis

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Organização Trump é condenada por fraude fiscal

Patricia Hurtado e Greg Farrell Bloomberg

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187402?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187402?page=1§ion=1>

PEC é desidratada e vai ao plenário do Senado



» TAÍSA MEDEIROS » VICTOR CORREIA » VINICIUS DORIA

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva comemorou a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e espera que o texto seja avalizado, hoje, no plenário da Casa, sem mais alterações. No colegiado, os parlamentares votaram a favor da ampliação do teto de gastos em R\$ 145 bilhões para manter o Bolsa Família de R\$ 600, mais um adicional de R\$ 150 por criança de até 6 anos. A vigência da medida caiu de quatro para dois anos. No plenário, a PEC precisa do apoio de 49 senadores, em duas rodadas de votação. Se for aprovada, seguirá para a Câmara.

Lula recebeu a notícia da aprovação da PEC pelo vice-presidente do PT, deputado José Guimarães (CE), que conversou por telefone com o senador Jaques Wagner (PT-BA) logo após a votação na CCJ. Conforme o parlamentar, o presidente eleito, além de festejar, pediu que ele se empenhasse para que o texto seja aprovado sem sobressaltos na Câmara.

Na CCJ, o relator da PEC, senador Alexandre Silveira (PSD-MG), apresentou um texto modificado em relação à proposta original, de autoria do senador Marcelo Castro (MDB-PI). Em vez de retirar o Bolsa Família do teto de gastos, ele expandiu o teto para comportar os R\$ 175 bilhões pretendidos pelo futuro governo para pagar o benefício. Outra mudança foi o prazo de vigência da medida, que caiu de quatro para dois anos. Silveira só deixou de fora da regra fiscal os R\$ 23 bilhões provenientes de excesso de arrecadação, a serem destinados a investimentos, como previa o texto inicial.

No total, porém, o impacto anual seria de R\$ 198,9 bilhões, o mesmo estimado na proposta do governo eleito. Isso desagradou parlamentares da CCJ, que agiram para tentar evitar a votação do relatório.

O líder do governo no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ), e os senadores Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e Eduardo Girão (Podemos-CE) apresentaram requerimento de audiência pública para avaliar a "repercussão dos impactos" da votação.

Pelo cronograma proposto, a audiência seria realizada na próxima segunda-feira e a votação, na quarta. A PEC, porém, tem de ser aprovada pelo Congresso até 15 de dezembro para permitir o pagamento do benefício a partir de janeiro.

Acordo

A sessão foi suspensa por quase duas horas, em que ocorreu uma série de negociações. Na volta, o requerimento acabou sendo rejeitado. Ao fim, chegou-se a um acordo, proposto pelo senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), para que a ampliação do teto caísse R\$ 30 bilhões, ficando em R\$ 145 bilhões. Somados aos R\$ 23 bilhões para investimentos, o novo governo terá R\$ 168 bilhões para gastar a mais tanto em 2023 quanto em 2024, se

a PEC for aprovada em plenário sem mais alterações.

Ante as mudanças no texto (veja quadro), Silveira acredita que a votação será finalizada hoje mesmo pela Casa. "É plenamente possível se buscar o entendimento do plenário. Acho que fica pacífico, apesar das divergências meramente ideológicas", opinou.

Oriovisto Guimarães afirmou, no entanto, que apresentará emenda em plenário para tentar reduzir o prazo de validade da regra, de dois para um ano, e que buscará reduzir a expansão do teto.

Políticas públicas

O PT vinha insistindo em elevar o teto em R\$ 175 bilhões para abrir espaço no Orçamento do ano que vem e garantir, além do financiamento do Bolsa Família, a retomada de outras políticas públicas, como Farmácia Popular e até garantir merenda escolar.

Aprovação na CCJ

Veja o que o colegiado avalizou para a PEC » Ampliação do teto de gastos em R\$ 145 bilhões para pagar o Bolsa Família

» Prazo de vigência das medidas será de dois anos, enquanto a proposta original fixava em quatro anos

» Garantia do vale-gás a famílias de baixa renda em 2023, sem necessidade de compensação fiscal

» Exclusão do teto de gastos de R\$ 23 bilhões a serem destinados a investimentos atrelados à arrecadação de receitas extras

» Envio ao Congresso, pelo governo eleito, de uma proposta de revisão do arcabouço fiscal, via lei complementar, até agosto

» Retirada do teto das despesas com instituições federais de ensino e com a Fundação Oswaldo Cruz que forem custeadas por receitas próprias, de doações ou de convênios celebrados com demais entes da federação ou entidades privadas

Nova regra fiscal até agosto

Os senadores fecharam um acordo, ontem, para revisar o arcabouço fiscal do país, com o fim do teto de gastos, até o fim de agosto de 2023. A discussão ocorreu no âmbito da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, com um impacto fiscal de R\$ 168 bilhões.

Inicialmente, o relator da PEC, senador Alexandre Silveira (PSD-MG), havia determinado no texto que o novo governo enviasse ao Congresso, até o fim de 2023, um projeto de lei complementar para mudar o arcabouço fiscal do país, ou seja, no prazo de um ano.

O teto é a regra constitucional que limita o crescimento das despesas do governo à variação da **inflação**. Durante a discussão da proposta na CCJ, contudo, senadores exigiram uma sinalização mais forte por parte da equipe de transição sobre a troca na âncora fiscal, para mostrar mais responsabilidade com as contas públicas.

O senador Jaques Wagner (PT-BA), então, fez uma reunião com o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, que deu aval para o acordo de apresentar o projeto até agosto.

A PEC, porém, não obriga a aprovação de uma nova regra para substituir a norma atual.

A revogação do teto de gastos por meio de lei complementar exige quórum mais baixo do que emenda constitucional para ser aprovada.

Brecha para as RP-9...

As mudanças incluídas na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição abrem caminho para acabar com o teto de gastos em 2023 por meio de lei complementar e ampliam as despesas que podem ser executadas fora do limite da atual âncora fiscal.

Com as novas exceções, ficou mais difícil calcular o real impacto da PEC, que poderá superar os R\$ 168 bilhões aprovados, ontem, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

Em uma costura política com o governo eleito, a PEC também incluiu o lado do governo Bolsonaro e seus aliados do Centrão, ao abrir espaço de até R\$ 23 bilhões em despesas neste ano fora do teto de gastos atreladas à arrecadação extra.

Se aprovada em plenário pelo Congresso, a medida desafogaria o Orçamento deste ano e permitiria desbloquear emendas RP-9 do orçamento secreto, esquema que consiste na transferência de verba a parlamentares sem critérios de transparência em troca de apoio político.

Entre as despesas que serão retiradas do teto, estão aquelas bancadas com recursos de empréstimos e outras operações financeiras feitas por organismos multilaterais, como BID, Bird e CAF, para financiar projetos de investimento em infraestrutura que fazem parte do Plano Integrado de Transportes.

"Agora, não sabemos quanto ficará fora do teto, com despesas lastreadas em dívida, em geral indexadas ao câmbio", disse o ex-secretário do Tesouro Nacional Jeferson Bittencourt, atual economista da gestora de investimento ASA Investments.

A PEC tira também do teto transferências feitas à União por estados e municípios destinadas à execução direta de obras e serviços de engenharia.

Sobe e desce da miséria (Editorial)

Em 2020, quando se experimentava o pior do impacto da pandemia sobre a atividade econômica, o percentual de brasileiros vivendo na miséria recuou ao menor patamar da série histórica do Banco Mundial, iniciada em 1981.

Já no ano passado, enquanto o Produto Interno Bruto do país se recuperava, as taxas de pobreza e extrema pobreza foram as maiores já medidas pelo IBGE, em levantamentos a partir de 2012.

A explicação óbvia para movimentos tão bruscos e aparentemente paradoxais é a intervenção do governo -mais precisamente o auxílio emergencial de R\$ 600 mensais instituído em 2020 para minorar os danos sociais da Covid-19 e descontinuado em 2021.

As mesmas reviravoltas nas condições de vida das famílias mais carentes ajudam a entender, aliás, a ofensiva tardia e atabalhoada de Jair Bolsonaro (PL) para restabelecer o valor do benefício, agora chamado Auxílio Brasil, durante a campanha frustrada à reeleição.

Pela métrica do Banco Mundial, a fatia da população na extrema pobreza caiu a 1,95% no ano retrasado, ante 5,39% no pré-pandemia. Já o IBGE, com outra metodologia, apontou que os miseráveis passaram de 5,7% para 8,4% em 2021.

Os critérios mudam de uma instituição para outra, mas não as trajetórias. É cristalino que o auxílio então temporário, mesmo com falhas consideráveis em sua concepção, proporcionou ganhos inéditos na baixa renda. Depois, a interrupção do pagamento foi agravada pela escalada da **inflação**.

Ainda não se conhecem dados mais atualizados, mas é razoável estimar que hoje, após a volta dos R\$ 600 ao mês e a queda expressiva do desemprego ao longo deste 2022, as taxas de pobreza e extrema pobreza sejam menores.

Os números evidenciam a importância do programa de seguridade, mas será ilusório imaginar que desembolsos ilimitados bastarão para pôr fim às chagas sociais do país.

Uma transferência de renda que passa da casaca centena de bilhões em um ano tem, sem dúvida, um grande efeito imediato na redução da miséria. Para uma melhora mais duradoura, entretanto, é essencial que o emprego se mantenha em alta e o poder de

compra da população seja preservado.

O desequilíbrio orçamentário, cedo ou tarde, resulta em mais juros, retração econômica e perda de vagas no mercado de trabalho. Em cenários assim, não há despesa assistencial que baste.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50118&anchor=6469310&pd=0704b121138940d5a66b17dd78b30152>

Cristina é condenada por corrupção a 6 anos e diz que não será candidata



Apoiadores de Cristina Kirchner derrubam grade de proteção em frente ao tribunal Comodoro Py, em Buenos Aires. Agência Reuters/Reuters

Buenos Aires A Justiça da Argentina condenou, nesta terça (6), a vice-presidente Cristina Kirchner por corrupção. A política foi considerada culpada de administração fraudulenta na ação que ficou conhecida como "Causa Vialidad", a que estava em estágio mais avançado entre as que a envolvem.

A pena foi fixada em 6 anos de prisão, com inabilitação perpétua para exercer cargos públicos. Ela foi inocentada do delito de associação criminosa. Ainda cabe recurso.

O Ministério Público Fiscal acusava Cristina de ter liderado uma "extraordinária matriz de corrupção", armando e administrando, ao lado de outros 12 réus, um esquema de desvio de verbas na forma de concessões de obras públicas na província de Santa Cruz à empresa de um amigo da família Kirchner, Lázaro Báez que também foi condenado a 6 anos de prisão.

Em agosto, a acusação conduzida pelos promotores Di-ego Luciani e Sérgio Mola havia pedido 12 anos de prisão à vice-presidente, que ela fosse impedida de concorrer a cargos públicos para o resto da vida e que devolvesse aos cofres públicos 5,3 bilhões de pesos (R\$ 200 milhões).

Cristina nega irregularidades no período em que ocupou a Presidência -a acusação se refere ainda ao mandato de seu marido e antecessor, Néstor (1950-2010), que também foi governador de Santa Cruz. Ela afirma que é vítima de "lawfare", quando o Judiciário persegue um investigado por razões políticas, e sustenta que a condenação estava escrita desde o início do processo.

Em entrevista à Folha publicada no domingo (4), ela comparou sua situação à do brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que teve as condenações dadas por Sérgio Moro na Operação Lava Jato anuladas por, entre outras razões técnicas, a parcialidade do ex-juiz.

Nesta terça, após a condenação, ela fez um pronunciamento de mais de uma hora em uma transmissão ao vivo nas redes sociais, na qual voltou a atacar o Judiciário e a imprensa. "Essa condenação é fruto de 'lawfare', de uma ação do Partido Judicial, da máfia do Estado paralelo".

A condenação, de todo modo, não significa que Cristina será presa em breve. Pelos cargos que ocupa além de vice-presidente ela é líder do Senado-, a política possui foro especial, que só é passível de ser derrubado mediante um processo de impeachment no Parlamento. Ainda assim, isso se daria só quando fossem esgotadas todas as instâncias de apelação, sendo a Suprema Corte a última delas.

Seu mandato termina em dezembro de 2023, mesmo ano em que ela completa 70 anos, idade pela qual poderia pleitear uma prisão domiciliar. No pronunciamento que deu após a condenação, em um provável jogo de cena, Cristina disse que não será candidata a nenhum cargo no pleito do ano que vem caso fosse eleita, renovaria sua imunidade.

Por enquanto, sua força política, a aliança peronista Frente de Todos, não definiu quem concorrerá à sucessão de Alberto Fernández, mas a atual vice é uma das cotadas, ao lado do próprio presidente, do ministro do Interior, Wado de Pedro, e do governador da província de Buenos Aires, Axel Kicilloff. As primárias para essa votação devem ocorrer em agosto de 2023.

"A verdadeira condenação que eles querem é que eu não concorra mais a eleições ou que eu morra com um tiro na cabeça. A estes, digo que prefiro ir presa", ela afirmou.

Cristina e Fernández vivem uma série de atritos ao longo do mandato, em uma constante busca de poder. Na véspera do veredicto, o presidente deu uma demonstração de apoio à vice ao promover um cerco ao Judiciário, ordenando a abertura de uma investigação sobre uma suposta viagem que teria sido

feita secretamente por um grupo de empresários, promotores e juizes entre os quais Julián Ercolini, que participou da condução do processo contra a política.

A política citou a fala de Fernández em sua live, na qual mostrou diversas reproduções de conversas, sem citara origem dela, que seriam dos envolvidos na viagem.

A gestão peronista está mergulhada em crise, com a **inflação** se aproximando da taxa de 100% ao ano, o que impacta diretamente nas baixas taxas de popularidade do presidente. Cristina, por sua vez, ainda se mostra capaz de mobilizar multidões -como visto nos dias seguintes a uma tentativa de atentado contra ela no início de setembro, após o pedido de prisão nessa mesma ação.

Também nesta terça apoiadores se uniram em defesa da vice-presidente na frente do Senado e no tribunal de Comodoro Py. Com tambores, bandeiras e camisetas com a imagem de Cristina, gritavam: "Na chefe não se toca! Se tocam em Cristina, tocam em todo mundo". O calor de 34°C, porém, impediu presença maior de manifestantes.

No momento em que a sentença foi lida, os apoiadores começaram a gritar e a balançar as grades de metal que estavam cercado a entrada do tribunal desde a noite de segunda. Ainda assim, não houve registro de confrontos.

O julgamento, de um caso que durou três anos e meio, teve sua última sessão realizada a distância. Na corte estavam apenas os juízes; Cristina e os demais acusados, bem como os promotores, participaram por videoconferência.

Lázaro Báez, figura-chave no suposto esquema, já havia sido condenado antes, em outro processo por corrupção, e cumpre pena de 7 anos. Ele é acusado em uma terceira ação, ainda em andamento, que acusa Cristina de usar imóveis da família Kirchner na Patagônia, incluindo hotéis, para lavar dinheiro -os filhos da política, Florencia e o deputado Máximo, também são acusados.

Além de Cristina e Báez, foram considerados culpados o ex-secretário José López (6 anos), o ex-presidente do órgão que administra rodovias Nelson Pieriotti (6 anos), e outros cinco réus, a penas que variam de 3,5 a 5 anos. Foram absolvidos o ex-ministro Júlio de Vido e outros três réus.

Esta é a segunda vez que um vice-presidente argentino é condenado. O anterior tinha sido o companheiro de chapa da própria Cristina, Amado Boudou, em 2018.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50118&anchor=6469310&pd=0704b121138940d5a66b17dd78b30152>



A verdadeira
condenação que
eles querem é que
eu não concorra
mais a eleições ou
que eu morra com
um tiro na cabeça

Cristina Kirchner
vice-presidente da Argentina

Petrobras reduz preço da gasolina em 6,1%, e o do diesel, em 8,2%

Anelise Gonçalves e Nicola Pamplona

A Petrobras reduzirá a partir desta quarta-feira (7) os preços da gasolina e do diesel vendidos por suas refinarias. A gasolina cairá 6,1% para o menor valor desde o fim de setembro de 2021. O preço do diesel será reduzido em 8,2%.

É a primeira mudança no preço da gasolina em mais de três meses, período no qual a estatal chegou a vender o produto com elevadas defasagens em relação às cotações internacionais. O preço do diesel permanecia inalterado desde 20 de setembro.

Os anúncios ocorrem após apenas alguns dias de preços superiores às cotações internacionais, como reflexo da queda do petróleo e do dólar nos últimos dias, o que levantou questionamentos entre importadores de combustíveis.

"A Petrobras ficou mais de 90 dias com preço muito defasado, e não houve reajuste. Agora, com dois ou três dias de preço mais alto, rapidamente faz ajuste de preços. São tratamentos bem diferentes", afirma Sérgio Araújo, presidente da Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis).

Em nota, a estatal diz que as reduções acompanham a evolução dos preços de referência e são coerentes com sua prática de preços, que busca o "equilíbrio com o mercado, mas sem o repasse para os preços internos da volatilidade conjuntural das cotações e da taxa de câmbio".

A gasolina vendida pelas refinarias da Petrobras passará de R\$ 3,28 para R\$ 3,08 por litro, uma redução de R\$ 0,20 por litro. O preço médio de venda de diesel para as distribuidoras passará de R\$ 4,89 para R\$ 4,49 por litro, uma redução de R\$ 0,40 por litro.

O repasse às bombas depende de políticas comerciais de distribuidoras e postos e dos preços dos biocombustíveis misturados a gasolina e diesel antes da venda ao consumidor final.

Durante a campanha para o primeiro turno das eleições, a Petrobras vinha fazendo anúncios semanais de quedas de preços de combustíveis, mas suspendeu a estratégia quando o petróleo passou a

subir na campanha do segundo turno.

Nas últimas semanas, as cotações internacionais do petróleo cederam, e a empresa passou a vender produtos mais caros do que no exterior.

Na abertura do mercado desta terça-feira (6), o preço médio da gasolina nas refinarias brasileiras estava 8% acima da paridade, a R\$ 0,24 por litro, segundo cálculo da Abicom. A diferença no preço do diesel também era de 8%, ou R\$ 0,34 por litro.

Para analistas do banco Goldman Sachs, a Petrobras seguirá praticando preços acima do mercado internacional, mesmo após os cortes desta quarta-feira: a gasolina ficará 2% acima do valor praticado no golfo do México. O diesel ficará 13% acima.

Assim, no entendimento dos analistas Bruno Amorim, João Frizo e Guilherme Costa, as margens de refino da companhia "permanecem em níveis saudáveis".

A queda nos preços dos combustíveis durante a campanha eleitoral ajudou a derrubar a **inflação** no país. No mês passado, porém, a gasolina voltou a subir nas bombas, com repasses da alta do etanol anidro, pressionando novamente a **inflação**.

O IPCA-15 (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15) passou a 0,53% em novembro, depois de alta de 0,16% no mês anterior. Foi a taxa mais elevada desde junho, quando o índice avançou 0,69%, de acordo com os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O economista Guilherme Souza, da Ativa Investimentos, estima que o efeito dos cortes de preço anunciados nesta terça sobre o IPCA será de -1,6 ponto percentual, distribuídos praticamente meio a meio entre as referências de dezembro e janeiro.

"Vale pontuar, que ainda que a Petrobras tenha anunciado o reajuste negativo a partir de amanhã, estimamos que o efeito dessa queda para o consumidor deverá ser sentido apenas a partir do dia 13 de dezembro", afirmou.

Com isso, a perspectiva da Ativa para o IPCA de dezembro foi reduzida de 0,84% para 0,75%,

enquanto a de janeiro recuou de 0,73% para 0,66%. Para o ano de 2022, Souza espera inflação de 5,9%; em 2023, de 5,2%.

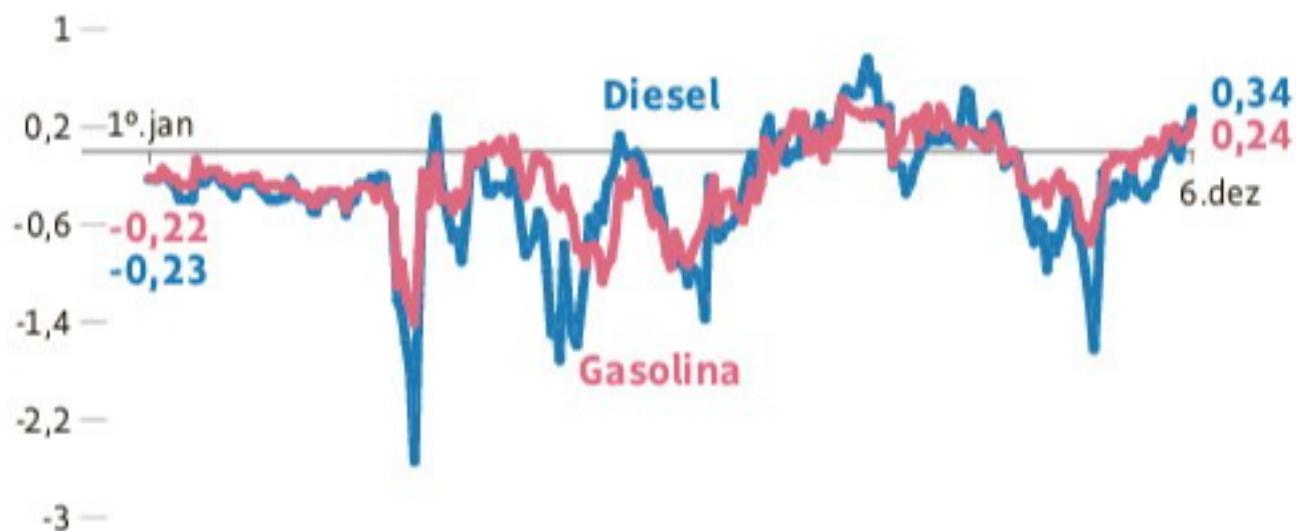
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

18

Defasagem nos preços dos combustíveis

Quando a linha está acima de 0, a empresa está vendendo mais caro do que a paridade de importação. Quando está abaixo, o preço de venda pela estatal está mais barato, em R\$ por litro



Fonte: Abicom

Passageiros poderão usar 5G em voos na UE a partir de 2023

Rafael Balago genebra

A ordem de pôr os celulares em modo avião deverá ser abandonada nos voos na União Européia a partir do ano que vem. O comando do bloco determinou que as operadoras poderão oferecer acesso 5G aos passageiros enquanto eles estão no ar.

Anunciada no fim de novembro, a decisão determina que os países estejam prontos para implantar a mudança até 30 de junho de 2023. No entanto, a UE não divulgou detalhes de como isso será feito.

"O 5G permitirá serviços inovadores para as pessoas e oportunidades de crescimento para as companhias europeias. O céu não é mais um limite para as possibilidades oferecidas pela conectividade super-rápida e de alta capacidade", disse Thierry Breton, comissário europeu para Mercado Interno, ao anunciara medida. O bloco reúne 27 países do continente.

O veto ao uso de celulares ligados nos voos foi adotado no mundo todo, desde a popularização dos telefones móveis, por temor de que eles pudessem atrapalhar a comunicação entre os aviões e as torres de controle, bem como os sensores e os sistemas digitais das aeronaves.

"Não há risco de segurança. As pesquisas em que se baseavam a determinação de desligar os celulares nos aviões eram muito limitadas. As circunstâncias que causariam alguma interferência são muito remotas: uma chance em 10 milhões de que algo possa acontecer", diz Willie Walsh, diretor-geral da IATA (Associação Internacional de Transportes Aéreos, na sigla em inglês).

No entanto, nos EUA, a adoção de sinal 5G nos arredores dos aeroportos foi adiada após queixas das empresas aéreas de que as novas antenas podem interferir nas comunicações dos sistemas das aeronaves com o dos aeroportos. A questão principal envolve o radioaltímetro, usado para determinar a altitude com precisão e evitar colisões.

O governo americano determinou que as empresas façam ajustes nos aviões até julho de 2023, mas os fabricantes dizem que não dará tempo. Em uma carta enviada em outubro e divulgada pela Reuters, elas

alegaram que a ruptura nas cadeias de suprimento impossibilitará o cumprimento da meta e pediram extensão do prazo ao menos até o fim do ano que vem.

"A FAA [autoridade americana de aviação] documentou mais de cem potenciais incidentes de interferência de 5G. Infelizmente, as agências do governo dos EUA não parecem estar na mesma página em relação a questões de segurança", diz a missiva, assinada por Airbus, Boeing, Embraer e outros nomes.

Nos EUA, a rede 5G opera nas frequências de 3,7 GHz a 3,98 GHz, mais próxima da usada pelo sistema dos aviões, que ficam na faixa de 4,2 GHz a 4,4 GHz. Na Europa, para minimizar interferências, o 5G destinado aos aviões usará a faixa de 5 GHz.

Em julho deste ano, a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) aprovou regras para a instalação de antenas 5G perto de aeroportos no Brasil. Elas deverão usar a faixa entre 3,3 e 3,7 GHz.

Na Europa, os passageiros dos aviões poderão receber o sinal 5G enviado das antenas em solo, quando estiverem em altitudes mais baixas. Em altitudes maiores, como as usadas por voos internacionais, as aeronaves deverão ter a bordo um picocell, espécie de roteador de grande potência, capaz de criar uma rede celular em uma pequena área.

Para Walsh, da IATA, a medida pode ser adotada rapidamente pelas empresas aéreas. "Muitas já têm esses equipamentos nos aviões, que são usados para se comunicar com o solo", diz o diretor da IATA.

Como uso de 5G, é possível ver vídeos ao vivo, jogar games online e usar a internet para muitas outras funções. Walsh acredita, no entanto, que as empresas devem vetar chamadas de voz a bordo. "Os passageiros não querem que a pessoa do lado delas no avião fique falando no telefone."

Desde 2008, a União Européia reserva frequências de sinal para tráfego de dados rumo as aeronaves. Isso permitiu que as companhias passassem a oferecer acesso à internet aos usuários, quase sempre de forma limitada, com pacotes de dados pequenos e

cobrança de tarifas extras. Não se sabe se as operadoras vão o cobrar valores extras pelo uso do sinal nas alturas.

Empresas aéreas devem perder US\$ 2 bi na América Latina

As empresas aéreas na América Latina devem ter um prejuízo somado de US\$ 2 bilhões (R\$ 10,5 bilhões) em 2022 e perder mais US\$ 795 milhões (R\$ 4,1 bilhões) em 2023, prevê a IATA (Associação Internacional de Transportes Aéreos).

O prejuízo na região neste ano representará 2,4% do faturamento, percentual que deve se reduzir para 0,6% em 2023. Para a América Latina, a entidade projeta que a demanda de passageiros cresça 9,3% e que o total de passageiros transportados atinja 95,6% do pré-pandemia.

A IATA divulgou nesta terça (6) suas previsões para o mercado aéreo. A expectativa é que a aviação comercial como um todo volte a ter lucro a nível global em 2023, pela primeira vez desde a pandemia.

A crise sanitária, que paralisou voos no mundo todo, gerou prejuízo de US\$ 137,7 bilhões em 2020. Neste ano, as perdas globais do setor devem fechar em US\$ 6,7 bilhões. Para 2023, a IATA projeta que aéreas obtenham lucro global de US\$ 4,7 bilhões, o que representará 0,4% do faturamento. Em 2019, o lucro foi de US\$ 26,4 bilhões (margem de 3,1%).

"Depois que você perde US\$ 137 bilhões em um ano, qualquer lucro é bem-vindo" diz Willie Walsh, da IATA.

"A **inflação** mais baixa do preço dos combustíveis deve ajudar a manter os custos sob controle. Ao mesmo tempo, com margens tão curtas, mesmo uma mudança insignificante em qualquer variável tem potencial de colocar o balanço em terreno negativo."

Site:

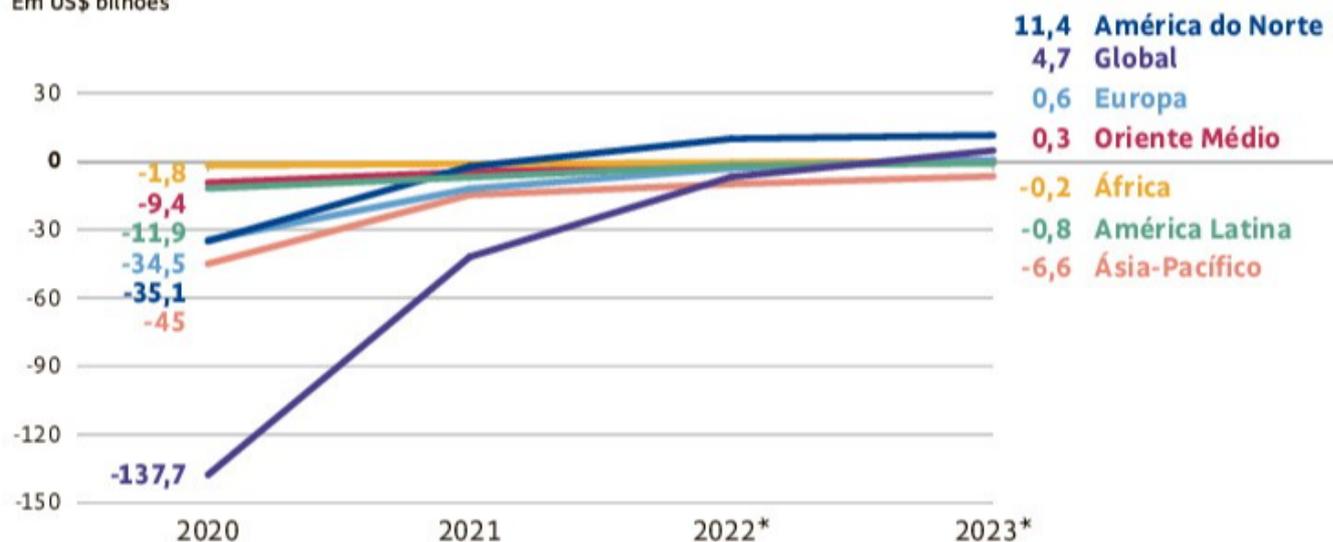
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

18

Situação do setor aéreo

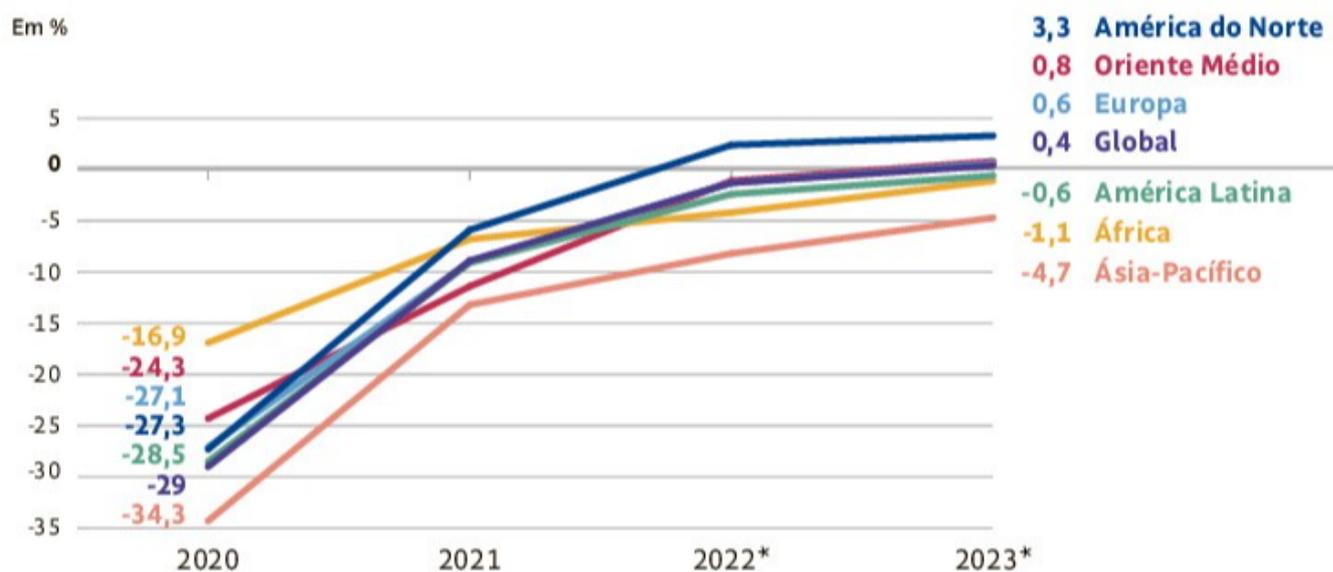
Prejuízo/lucro do setor aéreo

Em US\$ bilhões



Margem de lucro/prejuízo do setor aéreo

Em %



*previsões. Fonte: Iata

PEC deixa em aberto total de gastos que vão ficar fora do teto

ADRIANA FERNANDES

As mudanças incluídas na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição abrem caminho para acabar com o teto de gastos em 2023 por meio de lei complementar e ampliam as despesas que podem ser executadas fora do limite da atual âncora fiscal.

Com as novas exceções (veja quadro nesta página), ficou mais difícil calcular o real impacto da PEC, que poderá superar os R\$ 168 bilhões aprovados ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado - sendo R\$ 145 bilhões de aumento do limite do teto para bancar o pagamento de um Auxílio Brasil de R\$ 600.

Numa costura política com o governo eleito, a PEC também incluiu o lado do governo Bolsonaro e seus aliados do Centrão, ao abrir espaço de até R\$ 23 bilhões em despesas neste ano fora do teto de gastos atreladas à arrecadação extra.

Se aprovada em plenário pelo Congresso, a medida desafogaria o Orçamento deste ano e permitiria desbloquear emendas do orçamento secreto, esquema revelado pelo Estadão que consiste na transferência de verba a parlamentares sem critérios de transparência em troca de apoio político.

Entre as despesas que serão retiradas do teto, estão aquelas bancadas com recursos de empréstimos e outras operações financeiras feitas por organismos multilaterais, como BID, Bird e CAF, para financiar projetos de investimento em infraestrutura que fazem parte do Plano Integrado de Transportes.

"Agora, não sabemos quanto ficará fora do teto, com despesas lastreadas em dívida, em geral indexadas ao câmbio", disse o ex-secretário do Tesouro Nacional Jeferson Bittencourt, atual economista da gestora de investimento ASA Investments.

A PEC tira também do teto transferências feitas à União por Estados e municípios destinadas à execução direta de obras e serviços de engenharia.

O texto da PEC original já tinha retirado do teto despesas feitas com doações a fundos de meio ambiente e às universidades ou feitas com receitas próprias. Investimentos poderão ser feitos fora do teto

até o valor de R\$ 23 bilhões quando houver arrecadação extraordinária (não prevista). A medida já vale para 2022, de acordo com mudança no texto introduzida pelo relator, senador Alexandre Silveira (PSDMG).

Para o ex-secretário do Tesouro, a retirada de despesas do teto, via de regra, é ruim, mas excetuar despesas financiadas com recursos de financiamento de organismos multilaterais é pior do que os gastos financiados com doações e receitas próprias. No primeiro caso, o parecer tira do teto despesas financiadas com endividamento. No segundo, são gastos lastreados em receitas.

"Uma coisa é ir atrás de parceiros que doem dinheiro, ou de receitas próprias, porque poderão ser usadas livremente.

Outra coisa é ir atrás de tomar dívida cambial porque não terá limite para a despesa", alerta.

O parecer da PEC contém dispositivo que prevê a criação de um novo arcabouço fiscal por meio de lei complementar.

O prazo para essa medida ser encaminhada é 31 de dezembro do ano que vem, mas o PT se comprometeu a entregar a proposta até agosto de 2023.

Mas a PEC não obriga a aprovação de uma nova regra para substituir a norma atual, que atrela o crescimento das despesas à **inflação**.

Na prática, o dispositivo permite a revogação do teto de gastos por meio de lei complementar, que tem quórum mais baixo do que emenda constitucional para ser aprovada. A costura política para a inclusão desse dispositivo foi antecipada pelo Estadão em 18 de novembro passado.

PEC da Transição

Como ficou o texto que passou na CCJ do Senado

I Teto A PEC amplia o teto de gastos em R\$ 145 bilhões por dois anos, em 2023 e 2024, para garantir o Auxílio Brasil

I Receitas extras O texto deixa fora do teto despesas

atreladas a 6,5% de receitas extraordinárias do governo, num valor de até R\$ 23 bilhões por ano. A medida valerá a partir de agora, o que pode garantir a liberação do orçamento secreto e o aumento de investimentos

I Nova âncora fiscal A proposta determina que o novo governo envie ao Congresso até agosto de 2023 projeto de lei complementar com uma proposta de substituição do teto de gastos por um novo arcabouço fiscal

I Precatórios A PEC mantém o limite de pagamento de precatórios até o fim de 2026

I Desvinculação de recursos O texto estende a desvinculação de recursos da União até o fim de 2024 para permitir a compatibilização de fontes de recursos com a expansão do teto

I Despesas socioambientais A PEC deixa fora do teto de gastos despesas com projetos socioambientais custeados por doações ou com recursos decorrentes de acordos judiciais ou extrajudiciais firmados em função de desastres ambientais

I Organismos multilaterais O documento tira do teto despesas com recursos de operações financeiras com organismos multilaterais dos quais o Brasil faça parte, destinados a financiar projetos de investimento em infraestrutura, de plano integrado de transportes e considerados prioritários por órgão colegiado do setor

I Despesas com educação A PEC aprovada ontem deixa fora do teto as despesas das instituições federais de ensino custeadas por receitas próprias, de doações ou de convênios com demais entes da federação ou entidades privadas

I Transferências à União O texto tira do teto despesas bancadas com recursos oriundos de transferências dos demais entes da federação para a União destinados à execução direta de obras e serviços de engenharia

I Recursos liberados A proposta inclui a possibilidade de as comissões permanentes do Congresso Nacional poderem fazer sugestões de alocação dos recursos do Orçamento que ficarão livres com a ampliação do teto para pagar o Auxílio Brasil (R\$ 105 bilhões). A ideia inicial era de que fossem incluídas somente as solicitações da equipe de transição

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Custo Brasil emperra desenvolvimento e contribui para a desindustrialização do País

O Brasil passa por um processo de desindustrialização e o Custo Brasil tem sido o grande vilão das empresas nacionais.

Na década de 1980, o setor industrial chegou a ser responsável por quase metade do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro. No entanto, desde a década de 1990, o Brasil passa por um processo de desindustrialização, que se agravou severamente nos últimos dez anos.

A indústria de transformação, que em 1985 representava 36% do **PIB**, terminou o ano passado com apenas 11% de participação na produção nacional.

Além disso, houve queda da participação da indústria brasileira na produção mundial. Em 1995, a indústria manufatureira nacional representava 2,77% da produção mundial. Hoje esse percentual é de apenas 1,28%, como mostra recente estudo elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Expressão usada para se referir a um conjunto de dificuldades estruturais, burocráticas, trabalhistas e econômicas que atrapalham o crescimento do País e influenciam negativamente o ambiente de negócios, o chamado Custo Brasil eleva os preços dos produtos nacionais e custos de logística, compromete investimentos e contribui para uma excessiva carga tributária.

"Esse é um custo que não está ligado à empresa, mas que retira nossa capacidade de competir", considera Mário Sérgio Carraro, gerente executivo de Economia da CNI.

De acordo com estudo realizado pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC), encomendado pelo Ministério da Economia, os diversos fatores que compõem o Custo Brasil retiram, anualmente, cerca de R\$ 1,5 trilhão das empresas instaladas no País, o equivalente a 20% do **PIB** nacional.

"O Custo Brasil mostra quanto o setor produtivo gasta mais por fazer seus negócios nas condições colocadas para o Brasil do que a média dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)", afirma Rogério Caiuby, presidente do Conselho Superior e conselheiro executivo do MBC.

Ele estima que 60% do Custo Brasil poderia ser eliminado ao longo dos próximos 5 ou 10 anos com projetos, ideias ou ações que já estão tramitando, mas é preciso ter foco para executar o que já está em curso.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Plano fiscal de longo prazo deve sair semana que vem

MANUEL VENTURA E BRUNO GÓES
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

CNI prevê que economia vai crescer 1,6% no ano que vem

Larissa Garcia De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187402?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187402?page=1§ion=1>

Com juros em alta, inadimplência entre mais pobres bate recorde

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187402?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187402?page=1§ion=1>

Nova regra fiscal deve vir por lei complementar

Estevão Taiar, Murillo Camarotto e Rafael Bitencourt De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187402?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187402?page=1§ion=1>

Inflação na OCDE

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187402?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187402?page=1§ion=1>

Expansão fiscal vai além do necessário, dizem economistas

Marta Watanabe e Marcelo Osakabe De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/impresso>